



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**SECRETARIA DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE MANOEL**  
**EMÍDIO**

---

**Processo Nº: 0000116-58.2019.8.18.0100**

**Classe: Procedimento Comum Cível**

**Autor: DAYANE SOUSA BRITO, DEUSIRENE PEREIRA DE SOUSA**

**Réu: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A**

**CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA**

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí certifica que o(a) EDITAL movimentado(a) no sistema em 18/06/2020 foi disponibilizado(a) no Diário nº 8926, página 102, na Quinta-feira, 18 de Junho de 2020, computando-se a publicação na Sexta-feira, 19 de Junho de 2020. Este documento é emitido eletronicamente junto ao Sistema ThemisWEB e a veracidade de sua informação poderá ser verificada no referido periódico.

MANOEL EMÍDIO, 22 de junho de 2020

## CONTEÚDO DA PUBLICAÇÃO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de MANOEL EMÍDIO)

**Processo nº** 0000116-58.2019.8.18.0100

**Classe:** Procedimento Comum Cível

**Autor:** DAYANE SOUSA BRITO, DEUSIRENE PEREIRA DE SOUSA

**Advogado(s):** JESUALDO FREITAS MARTINS(OAB/PIAUÍ Nº 14286)

**Réu:** SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A

**Advogado(s):** EDNAN SOARES COUTINHO(OAB/PIAUÍ Nº 1841)

**DESPACHO:** Com efeito, nos termos do art. 178 do CPC, havendo interesse de incapaz, deve o Ministério Público officiar no feito como fiscal da lei. Para tanto, nos termos do art. 179 da lei processual civil, deverá ser intimado para todos os atos do processo e até produzir provas ou requerer medidas processuais pertinentes. No caso dos autos, o parquet deixou de ser intimado para atuar na demanda, mas, diante de sentença favorável à menor, não há falar em nulidade processual, mormente porque o órgão foi devidamente intimado da sentença e apresentou manifestação em que pugna pelo cumprimento da decisão. Isto posto, conheço dos embargos de declaração porque tempestivos e por preencherem os demais requisitos de admissibilidade e os acolho para suprir a omissão apontada, determinando que, a partir deste momento, o Ministério Público passe a ser intimado de todos os atos processuais, restando suprido eventual vício anterior à sentença com a intimação do órgão acerca do decisum. Intimem-se as partes processuais acerca desta decisão, restituindo o prazo para recurso a partir da intimação. A secretaria deve desarquivar os presentes autos, visto que a sentença não transitou em julgado, retirando a baixa do processo.